

①
715
15/12/15
JP.
SL

Assunto: Re: Ajuste Directo - Prestação de serviços para a execução gráfica do Boletim Informativo do Município de Vila de Rei para o ano de 2016 - Convite
De: farinha.amaro@sapo.pt
Data: 19/01/2016 09:30
Para: Aprovisionamento <aprovisionamento@cm-viladerei.pt>
CC: Domingos Mendes <domingos.mendes@cm-viladerei.pt>

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI
Entrada Geral n.º 56
Data 19/01/2016
O Responsável
ts

Bom dia
Segue orçamento pretendido... Obrigado...

Anexos:	
img084.pdf	257 KB
img086.pdf	163 KB
img085.pdf	168 KB

ANEXO I

Declaração

1 - LUIS MIGUEL LOPES FARIAS, na qualidade de representante legal de FARIAS & ASSOCIADOS, Lda, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de EXCELUÇÃO GABARITA DO BOLETIM INFORMATIVO e VÍDEO MULTIMÉDIA DE VÍDEO, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada FARIAS & ASSOCIADOS, Lda, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) MOPOSTA

b) ANEXO I

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

16172, 19 de JANUÁRIO de 2016

Luís Abel Gomes

* inclui as alterações, conforme Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho

12/12/16

Handwritten signature



VILA DE REI
município
ANEXO

EXECUÇÃO GRÁFICA DO BOLETIM INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI NO FORMATO A4 PARA O ANO DE 2016

Especificação	Quantidade por edição	Número de edições	Preço unitário por edição	Preço total 3 edições
Boletins com capas e interior a cores no total de 36 páginas + 8 páginas a preto e branco para suplemento	2.000	3	2240 €	8220 €
Especificação	Quantidade por edição		Preço unitário por edição	Preço total 1 edição
1 Conjunto de 4 Páginas adicionais a cores	2.000	1	301 €	301 €
1 Conjunto de 4 Páginas adicionais a preto e branco	2.000	1	231 €	231 €

Observações:

- 1.ª A execução do Boletim será na seguinte qualidade de papel: capa em papel couché 150 gr., interior em papel couché 80 gr., suplemento em papel (normal) 80gr.
- 2.ª Os preços a apresentar deverão incluir ensucagem em plástico de 900 exemplares, por edição.
- 3.ª Nos preços propostos deverão estar incluídos, a composição, paginação e digitalização e inserção de fotografias, papel, impressão, acabamento e entrega nas nossas instalações. A revisão das provas será sempre da responsabilidade da autarquia ou de pessoa por ela designada.
- 4.ª Os preços indicados serão sem IVA.
- 5.ª A publicação é quadrimestral.
- 6.ª As páginas adicionais a cores e a preto e branco, poderão não ser necessárias em todos os quadrimestres, dependendo da quantidade de informação a publicar.
- 7.ª Caso sejam necessários mais conjuntos de páginas adicionais a cores ou a preto e branco para uma ou mais edições, o preço a praticar deverá ser idêntico.



Prata Família Matias e Silva Neres
Edição 1ª Vila de Rei
Cem. 906 912 772
T. +351 274 850 010
F. +351 274 840 018
cem@cm-viladereis.pt
www.cm-viladereis.pt

0-2016-1-001

